

COOPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS DO CENTRO-OESTE

Artigo Completo

Karoline Lorentz da Silva (UCDB) kaarolloreutz@hotmail.com

Dr. Olivier François Vilpoux (UCDB) vilpoux@ucdb.br

Elizabeth Maria da Silva (UCDB) dasilvabete@yahoo.com.br

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira (UFGD) marianogueira@ufgd.edu.br

Resumo:

O projeto tem o objetivo de identificar a existência da cooperação em assentamentos da reforma agrária no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como as motivações para a existência de ação coletiva nesses assentamentos. Sendo assim, será feito um levantamento teórico sobre reforma agrária e assentamentos como empreendimentos agrícolas familiar, sua importância na ocupação espacial, geração de trabalho e renda, e produção de alimentos. A cooperação é apresentada como possibilidade para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a redução dos custos de produção e transação, permitindo uma interação entre os agricultores do Estado. O Mato Grosso do Sul possui uma baixa densidade populacional, com grandes distâncias entre os locais de produção e os mercados, o que reforça a necessidade de ações coletivas entre os pequenos produtores para sobreviver, entre esses os assentados. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, através de um questionário qualitativo-quantitativo, aplicado em diversos assentamentos da região, selecionados por uma amostragem probabilística, considerando como tempo mínimo de existência o período de 03 anos. Os assentados foram escolhidos pelo método de amostragem probabilística estratificada de acordo com o número de famílias existentes no assentamento. A pesquisa parou na aplicação de questionários, com uma amostragem de 375 assentados nos diferentes estados do Centro-Oeste. A avaliação desses questionários será realizada no próximo ano, na continuação do projeto.

Palavras-chave: Reforma agrária, Agricultura familiar, Ações coletivas.

1 Introdução

No Brasil sempre houve uma acentuada concentração de terras, resultado do modelo de colonização imposto ao território brasileiro, inicialmente por meio das capitânicas hereditárias, posteriormente com as sesmarias e aprovação da lei de terras de 1850 “que limitou o acesso a terra, apenas através da posse de título”. Essa regulação foi enfatizada por Oliveira (2012, p.08) como o marco a partir do qual o Estado deixou de ter o direito de julgar sobre o uso da terra. Esses entraves causaram, historicamente, dificuldades de acesso a terra por muitos trabalhadores.

Os assentamentos, uma forma de concessão de terras por meio da reforma agrária, surgiu como medida política, uma tentativa de resolver os problemas sociais no campo sem grande preocupação com as questões sociais de pobreza, exclusão, ou incremento da produção agrícola da agricultura familiar (BERGAMASCO, 1997). No entanto, a reforma agrária ocorreu em todo o território brasileiro e deu um salto significativo nos últimos anos. Em 2010, o Brasil contava com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária, com 8.763 assentamentos atendidos pelo INCRA, onde viviam 924.263 famílias (INCRA, 2010).

Apesar disso, os conflitos têm se agravado nos últimos anos. Os assentados também sofrem com a crise pela qual passa a agricultura familiar, crise que ocorre em nível mundial causada pela falta de perspectiva para os que dela vivem, os altos custos para produzir, incluindo tempo, força física e a desvalorização do produto agrícola, mesmo com todo o incentivo para a permanência do agricultor no campo. Há ainda o aumento da produção da agricultura familiar, causado pela modernização dos grandes estabelecimentos agrícolas que gerou ganhos na produtividade rural e uma queda real nos preços dos produtos produzidos, conseqüentemente encurralando os pequenos estabelecimentos com dificuldade de inovação tecnológica (NAVARROS e CAMPOS, 2013).

O Mato Grosso do Sul, com uma grande concentração de terra, se tornou um estado privilegiado para a reforma agrária brasileira. Em paralelo, a baixa densidade populacional, com grandes distâncias entre os locais de produção e os mercados, reforçam a necessidade dos pequenos produtores, entre eles os assentados, cooperarem para sobreviver. Essa evolução passa por uma maior cooperação entre os produtores, o que, no caso dos assentados do Mato Grosso do Sul, não é uma situação comum (VILPOUX e OLIVEIRA, 2011).

Em 2008, no Mato Grosso do Sul, a comercialização de lotes, apesar de proibida, ultrapassava 30% (VILPOUX e OLIVEIRA, 2011). Wilkinson (2004) indica que em países em desenvolvimento algumas cadeias tradicionais, como grãos, óleo e açúcar, já oferecem muito pouco espaço para pequenos produtores e a produção de leite, uma das principais atividades da agricultura familiar nesses países, começa a enfrentar pressões fortes para aumento de escala. Essas pressões obrigam os pequenos produtores a investir para alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Caso contrário, uma agricultura patronal mais tecnificada deverá predominar, pois será a única capaz de acompanhar as novas necessidades de produção. Para assegurar a sustentabilidade em longo prazo, a agricultura familiar, incluindo os assentados, deve ser capaz de se renovar.

Muitos autores defendem a cooperação como alternativa para a sustentabilidade, tais como Singer (2002) e Lopes e Baldi, (2005), onde a união dos indivíduos com o intuito de alcançar objetivos comuns, agindo de acordo com as regras e normas, pode reduzir a incerteza e aumentar a informação entre os participantes, diminuindo assim os custos de transações. Entretanto, fomentar a cooperação entre agricultores familiar é um desafio, devido à percepção individual ou familiar do trabalho no campo (SOUZA, 2002).

De acordo com o Banco Mundial (2008), a cooperação pode reduzir o custo para pequenos produtores, como é o caso de assentados, ocasionando a redução dos custos de transação nos mercados. Para Wilkinson (2004) e McCullough et al. (2008), uma das soluções para a agricultura familiar ultrapassar seus problemas de escala é a organização de ações coletivas, através da formação de grupos de produção ou de comercialização, essencial para alcançarem a competitividade.

De acordo com Abbade (2010) na cooperação os indivíduos optam por agirem juntos, em prol de um objetivo comum, unindo suas competências para atingir um aumento da eficiência. Buainain (2006) afirma que o grau de organização e participação de produtores familiares em organizações sociais tem impacto direto sobre a capacidade de adoção de novas práticas, produção e eficiências do uso dos recursos. No entanto, de acordo com o autor, a agricultura familiar brasileira apresenta baixo nível organizacional e a predominância do trabalho familiar individual.

Para Vilpoux e Oliveira (2011) as organizações de apoio e os Governos podem ajudar na organização dos agricultores, no entanto, muitos projetos funcionam apenas enquanto recebem apoio destes. Com a finalização da assistência, acaba a cooperação entre os

agricultores, voltando estes a situação inicial. Segundo Bueno (2003), um dos motivos para a existência das instituições econômicas e sociais é a resolução do problema de cooperação entre os indivíduos, com níveis de eficiência distintos em diferentes sociedades.

Em função dos problemas encontrados pela agricultura familiar e da importância da cooperação, a pesquisa se propõe a um estudo sobre a existência de cooperação em assentamentos da reforma agrária no Estado do Mato Grosso do Sul. Considera-se a hipótese de que onde há cooperação entre os indivíduos, existe, como consequência, a substituição da competição pela parceria, estabelecimento de relações de interdependência e a união de esforços, dos assentados, para atuarem em conjunto.

Esse projeto integra-se no projeto financiado pelo CNPQ, com título: “Fatores responsáveis pela cooperação entre produtores nos assentamentos do Centro-Oeste”, edital MCT/CNPq - N° 14/2012 – Universal.

2 Referencial Teórico

O presente capítulo aborda a revisão da literatura utilizada para a realização da pesquisa, iniciando o tema com reforma agrária e a sua importância e arranjos institucionais cooperativos e seus elementos fundamentais: custos de transações, redes, reciprocidade e ação coletiva.

2.1 Reforma Agrária

A reforma agrária consiste em um conjunto de ações públicas, com o objetivo de democratizar a estrutura fundiária, por meio da distribuição ou posse da terra, modificando assim a estrutura fundiária por meio de sua reordenação (OLIVEIRA, 2007). Para uma efetiva reforma agrária o estado atua na política fundiária e política agrícola. Na política fundiária esta implícita as medidas necessária para definir o tamanho da propriedade privada da terra. Quanto a Política agrícola, são as ações para garantir assistência técnica, infraestrutura, educação, saúde, pois a reforma agrária não diz respeito apenas à distribuição de terra, mais um conjunto de medidas que muda a estrutura fundiária de um país e que atende as demandas econômicas, sociais e políticas que possibilita a sobrevivência a partir da posse da terra (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil, a reforma agrária surge para resolver os constantes conflitos sociais causados pela alta concentração de terra, pois desde a sua descoberta, a terra brasileira sempre foi motivo de polêmica. Segundo Morissawa (2001), no instante da descoberta do Brasil nasce a “luta pela terra”.

A redistribuição de terras, através da reforma agrária, se dá por meio de concessão de lotes individuais para pessoas que na sua maioria são ex-assalariados, como uma política que visa a implementação de empreendimentos econômicos de natureza familiar denominados de assentamentos (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf) (MDA, 2004). O termo de assentamento começou a ser utilizado a partir dos anos 1960 (OLIVEIRA, 2012). Ele surgiu com o objetivo de fixar os grupos sem terra, que se organizaram principalmente a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, bem como aliviar as tensões sociais provocadas por esses grupos (MEDEIROS e LEITE, 1999).

Os assentamentos são empreendimentos agrícolas familiares, como os agricultores de subsistência, posseiros, etc., que são administrados de forma familiar pelos agricultores. O estabelecimento familiar deve incluir simultaneamente uma unidade de produção e de

consumo além de ser considerado como uma unidade de reprodução social (SCHMITZ e MOTA, 2007). Segundo Denardi (2001), na agricultura familiar é predominante a gestão familiar e o trabalho familiar com no máximo dois funcionários.

A expressão agricultura familiar não possui uma definição homogênea no mundo, podendo ser caracterizada a partir de duas abordagens distintas, a norte americana, que apresentou grande desenvolvimento entre os anos 1950 e meados dos anos 1980; e a européia (especificamente França e Reino Unido), onde a produção agrícola sob gestão familiar recebeu o interesse dos cientistas sociais (NAVARRO, 2010).

Buainaim, Romeiro e Guanziroli (2003) afirmam que na agricultura familiar brasileira, os produtores apresentam frequentemente as seguintes características: diversificação, estratégia de investimento progressivo, combinação de subsistemas intensivos e extensivos e grande capacidade de adaptação. De acordo com Veiga et al. (2001) uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura.

Segundo Schneider (1999), a agricultura familiar ocupa a mão de obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas. Os agricultores familiares frequentemente conciliam a mão de obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão de obra familiar. Isso geralmente ocorre quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, a mão de obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos) e quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em mão de obra.

Para Gonçalves e Souza (2005) a agricultura familiar representa um elemento relevante das políticas setoriais brasileiras que pressupõe tratamento diferenciado em relação à agricultura de escala, com planos de safras diferenciados.

Veiga et al. (2001), ressaltando a importância da agricultura familiar, indicam que nos sete censos agropecuários realizados no Brasil desde 1950, a participação dos agricultores que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total de estabelecimentos, com 20% da área. Esses dados indicam a permanência desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século. Essa permanência no cenário agrícola, apesar dos constantes desafios, mostra que esse segmento está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos.

A agricultura familiar, segundo Fauth (2008), pode ser considerada como uma das melhores formas de ocupação do espaço territorial rural porque favorece o cumprimento de exigências sociais e econômicas, com a geração de emprego e renda. Schneider (2009) reforça esse aspecto e afirma que o potencial de gerar valor agregado na produção reflete no aumento de empregos produtivos. O papel da agricultura familiar não se limita aos aspectos sociais e econômicos, mas abrange a preservação ambiental. A partir dessas constatações, o Brasil busca elaborar políticas agrárias que favoreçam a manutenção dos pequenos produtores no campo, ou permita o retorno a agricultura de indivíduos em situação precária, instalados na periferia das grandes cidades. Entre as alternativas apresentadas pela literatura, esta a disponibilidade de crédito, na tentativa de facilitar o acesso do pequeno produtor as novas tecnologias e conseqüentemente a inserção no mercado, transformando a agricultura familiar de subsistência para uma economia mercantil (BUAINAIN e GARCIA, 2013). No entanto, essa proposta não consegue suprir o problema, sendo emperrada, entre outras restrições, principalmente pelo baixo grau de instrução dos pequenos produtores rurais (BUAINAIN e GARCIA, 2013).

Esses fatores destacam a importância da modernização dos assentamentos, para se manter nas principais cadeias alimentares e a necessidade de agregar valor a seus produtos, para melhorar suas rendas. Assim, apesar de importante, muitas dúvidas persistem sobre a viabilidade da reforma agrária.

Para Fabrini (2000), os assentados devem reconhecer na cooperação uma forma de garantir a continuidade de sua existência, dado que não há condições do assentado progredir, econômica, social e politicamente, através da produção familiar. Dificuldades enfrentadas por pequenos produtores familiares, como a insegurança para fazer investimentos, planejar as atividades e ampliar sua capacidade produtiva, podem ser superadas em um contexto onde haja arranjos institucionais cooperativos (SOUZA FILHO e BONFIM, 2013).

2.2 Arranjos Institucionais Cooperativos

Arranjos institucionais podem ser definidos como parte de um conjunto de inter-relações institucionais e normas legislativas entre organizações, que condicionam de forma dinâmica, social, política, econômica a sua formação e funcionamento, por meio de estratégias específicas (PECQUEUR, 2005). Os arranjos institucionais geralmente se referem à estrutura do modelo organizacional adotado por determinadas organizações.

As organizações da sociedade civil como, as associações civis e os movimentos sociais - e socioprodutivos – entre os quais podemos citar as cooperativas e empresas comunitárias, possuem arranjos institucionais específicos que responde ao estilo de desenvolvimento sustentável (SAMPAIO, LEÓN, DALLABRIDA & PELLIN, 2008), entre os quais podemos citar os arranjos institucionais cooperativos.

Os arranjos institucionais cooperativos têm como objetivo principal reduzir os custos e, conseqüentemente, aumentar os ganhos econômicos, sociais e políticos dos envolvidos. Esses tipos de arranjo não é uma novidade, no entanto os agricultores familiares não representam um grupo homogêneo e têm diversificada forma de atuação com diferentes combinações econômicas sociais e políticas (SUCUPIRA & FREITAS, 2011). O elemento principal entre tais arranjos é a cooperação, o que segundo Ostrom (1978) esta diretamente relacionada à ação coletiva, ou seja, com as organizações que agem com o objetivo de promover o bem comum do grupo. Nesses casos os indivíduos optam por agirem juntos, cooperando em prol de um objetivo comum, unindo suas competências para aumentar a eficiência.

Segundo Vilpoux e Oliveira (2011), a importância da cooperação esta também relacionada à diminuição dos custos de transações devido à dependência entre os atores, o que é uma possibilidade para tornar a agricultura familiar mais competitiva, agregando valor à produção.

Assim a Nova Economia Institucional, que tem como autores expoentes Coase, Williamson e North, apresenta pressupostos científicos que contribuem na compreensão das instituições nesse processo (SUCUPIRA & FREITAS, 2011). As transações podem ser definidas como um conjunto de relações entre atores de um determinado arranjo institucional, e podem ocorrer através de mercado spot, onde não existe dependência entre compradores e vendedores, integração vertical onde as decisões são hierárquicas, ou por meio de contratos, que são consideradas formas híbridas, intermediárias entre mercado spot e hierarquias (ZYLBERSTAJN, 1995). A cooperação esta ligada ao surgimento das normas sociais, criadas para diminuir a incerteza pela incompletude dos contratos que dão margem a comportamentos oportunistas, o que dá importância a relações de reciprocidade e confiança (COOKE e CLIFTON, 2004).

Reciprocidade pode ser compreendida como “a dinâmica de dádiva e de redistribuição

criadora de sociabilidade” (SABOURIN, 1999, p. 03). Ou seja, são os atos generosos que ligam as pessoas, sem a expectativa imediata de retorno. Segundo Villasante (2002), para cada pessoa continuamente melhorar e ser mais coerente internamente, [...] ela deve chegar à compreensão das relações que lhe são positivas e úteis, que reforçam sua autonomia, porém dar-se conta, também, de que o útil não é tanto aquilo que lhe convém, individual e isoladamente, mas, sobretudo, o que a torna solidária com o mundo natural e social simultaneamente. (VILLASANTE, 2002, p. 91)

Para Chabal (2005), a reciprocidade é que constrói o elo entre os atos de seres humanos, ou seja, é a reciprocidade que humaniza o ser humano por meio das relações. O autor afirma que a reciprocidade faz parte da gênese da humanidade, na medida em que gera relações e valores humanos. Ele chama de reciprocidade a relação intersubjetiva, que pode ser também “transubjetiva”, pela qual existem sujeitos, pois para o autor, os sujeitos não preexistem as suas relações como sujeitos humanos (CHABAL, 2005).

A reciprocidade pode auxiliar na produção, na sua transmissão, bem como no manejo dos recursos e dos fatores de produção, o que pode se dar nos assentamentos, por meio do acesso à água dos açudes, às terras de vazante, às pastagens comuns e os mutirões promovidos pela comunidade. Esses fatores constituem uma redistribuição dos fatores de produção. Portanto, é uma gestão compartilhada de bens coletivos, mas também é uma forma de dádiva produtiva, de solidariedade na produção (SABOURIN, 1999). A realização das festas familiares e religiosas, a hospitalidade (estendida aos rebanhos dos vizinhos em caso de seca), são tantas formas de dádiva que podem levar ao crescimento da produção, na medida das possibilidades das famílias e das condições do clima (LANNA, 1995, p.187-190).

A redistribuição também pode motivar a dádiva, além da ajuda mútua ou de solidariedade, criando sociabilidade. Portanto, reciprocidade não corresponde apenas a reprodução da dádiva “mas significa: produzir para dar, receber e, produzir para reproduzir a dádiva, para dar de novo” (TEMPLE, 1998, p.103). Dessa forma a reciprocidade gera, por meio da redistribuição, uma motivação social na produção, e se torna um fator de desenvolvimento econômico, que transcende a satisfação das necessidades essenciais da comunidade ou a aquisição de bens materiais por meio da troca (SABOURIN, 1999). A redistribuição se torna assim a motivação social da produção, tão importante como o excedente gerado pelo intercâmbio mercantil (TEMPLE & CHABAL, 1995).

A reciprocidade é fundamental para a formação de instituições e sociabilidade, bem como para a geração de relações de inter reconhecimento e surgimento de redes de trabalho, produção e suas especificidades. A reciprocidade gera laços entre as pessoas, tanto que desde as sociabilidades mais primárias há um desenrolar de redes e relações que não terminam e muito menos são iguais, num contínuo processo de instabilidade, levando a construção, desconstrução e a reconstrução (MALINOWSKI, 1923). Portanto, redes podem ser caracterizadas como um conjunto de relações concretas que une os indivíduos uns aos outros.

As redes sociais ou cooperativas, ainda podem ser caracterizadas por meio dos vínculos existentes entre um conjunto de atores. Esses vínculos são difíceis de serem rompidos e são definidos como laços, que diferem quanto à intensidade e quanto ao conteúdo. Quanto à intensidade, os laços podem ser fortes ou fracos. Quanto ao conteúdo, podem-se citar: recursos, informações e afeição (GRANOVETTER, 1973).

O autor explicita que laços fortes são aqueles em que há maior proximidade e intimidade entre as pessoas ou grupos sociais, e os laços fracos são constituídos pelas relações mais dispersas dentro de uma rede. Ambos são importantes no fortalecimento da rede, sendo os laços fortes pela força da coesão interna do grupo e os laços fracos pela quantidade de

contatos distantes que podem ser mobilizados, na busca de recursos de poder e na representação dos interesses.

Segundo Olson (1999), as organizações podem desempenhar uma função importante quando há interesses comuns a serem defendidos e, embora elas frequentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, sua função e característica básica é a faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos. Lazzaretti (2007) afirma que ao contrário de uma ação individual independente, uma ação coletiva é muito mais eficiente na defesa dos interesses do indivíduo. No entanto, para o autor, não se pode afirmar que diante da existência de interesses individuais os indivíduos se organizarão coletivamente para a defesa de seus interesses. Assim, os indivíduos tendem a se abster de qualquer engajamento em ações coletivas destinadas à provisão de seus bens, a não ser que haja coerção ou incentivos que levem os membros do grupo a agir com o interesse comum (OLSON, 1999). Para Almeida e Ferrante (2009), a ação coletiva é determinada pela confiança gerada dentro de uma rede, que produz um ambiente de interdependência, possibilitando as ações em prol do coletivo.

Esses aspectos geram possibilidades de sustentabilidade entre empreendimentos, por meio da competitividade, que pode ser cooperativa. Assim, as redes cooperativas são um tipo de arranjo, onde a competitividade e a cooperação são indivisíveis, uma estratégia para adquirir vantagens competitivas (WEGNER & PADULA, 2012).

Portanto, o surgimento de uma rede causa a formação dos arranjos cooperativos, ou vice versa, pois esses arranjos nascem quando os indivíduos iniciam um processo de cooperação, com menor grau de interdependência e vão aumentando essa interdependência, à medida que desenvolvem um maior nível de confiança nos parceiros. Quando acontece esse tipo de relação, surge a existência de laços sociais, sendo que o conhecimento de informações relacionado à reputação dos novos parceiros tem o objetivo de apoiar as escolhas ou ao menos ter um peso de decisão sobre elas (LOPES & BALDI, 2005).

3. Metodologia

Apresentam-se, neste item, as etapas da pesquisa realizada, o método utilizado para sua condução, a definição do universo e da amostragem, a coleta de dados, bem como justificativa da escolha dos métodos adotados, visando alcançar os objetivos propostos.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 65) “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos”. As autoras ressaltam que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo”.

Vergara (1998) qualifica a pesquisa em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser considerada como de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa, tratando-se de aprofundar conceitos preliminares.

Beuren (2010, p. 80) escreve que “uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de forma satisfatória anteriormente”.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa foi baseada em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo.

Buscaram-se informações em literatura acerca do tema Cooperação em Assentamentos do Centro-Oeste, com enfoque nos tipos de cooperação e existência de ações coletivas desenvolvidas dentro dos assentamentos (produção conjunta, mutirão, transporte...). Foram coletadas, selecionadas e analisadas informações do INCRA, Governo Estadual e Municipal com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxiliasse no estabelecimento das variáveis e na estruturação da pesquisa.

Quanto aos métodos de pesquisa, estes podem ser classificados como qualitativos (observação, por exemplo, por experimento) e quantitativos (por exemplo, dados estatísticos, estudo de caso e grupo focal). A opção entre eles deve estar associada aos objetivos da pesquisa uma vez que oferecem vantagens e desvantagens (YIN, 2001).

A definição do que se vai pesquisar é importante para que os resultados sejam significativos. Malhotra (2001) ressalta que nesta etapa do planejamento, de um modo geral, as pesquisas englobam um número elevado de elementos (universo ou população) de tal forma que é impossível considerar todos esses elementos, o que leva o pesquisador a selecionar (arbitrariamente ou não), uma parte dos elementos deste universo, ou seja, estabelecer uma amostra. Ainda segundo o autor, as técnicas de amostragem podem ser classificadas como amostras probabilísticas (aleatória simples, sistemática e estratificada entre outras) e não-probabilísticas (por acessibilidade, por tipicidade e por cotas, entre outras).

Para as amostras probabilísticas, os informantes são escolhidos aleatoriamente, admitindo-se que esses informantes representam o universo/população alvo. Nas amostras não probabilísticas os informantes são escolhidos pelo interesse da pesquisador na opinião de determinados elementos da população (MALHOTRA, 2001). Neste estudo, adotou-se amostragem probabilística e não probabilística, em razão da quantidade do público alvo disponível para preenchimento dos questionários.

Gil (1999) e Vergara (1990) apresentam técnicas por meio das quais é possível elaborar os instrumentos de coleta de dados, que serviram como base para esta pesquisa, como segue a descrição a seguir:

- a) Pesquisa bibliográfica em livros e revistas especializadas, sites na internet e folhetos com dados e informações pertinentes ao assunto; e
- b) Pesquisa de campo

Em relação à pesquisa de campo, Vergara (1990) afirma que pode se dar de três formas. A primeira delas, por meio da observação in loco do pesquisador em visitas aos empreendimentos, onde é utilizado o diário de campo como recurso. O mesmo é uma forma alternativa de registrar a coleta de dados na pesquisa qualitativa.

Complementando, Gil (1999) afirma que uma segunda forma de pesquisa de campo são as entrevistas, as quais têm como objetivo primário entender o significado que os entrevistados atribuem às questões e às situações em contextos que não foram estudados anteriormente, a partir de suposições do pesquisador. Afirma ainda, que, à medida que a pesquisa avança e mais entrevistas são conduzidas, há tendência de o entrevistador direcionar certos tópicos. Isso acontece porque o entrevistador identifica padrões nos dados e tende a explorá-los em certas direções.

Uma terceira forma da pesquisa de campo pode ser por meio de questionários constituídos, em sua maior parte, por perguntas fechadas e abertas (GIL, 1999). No caso específico da pesquisa em assentamentos do Centro-Oeste, o instrumento utilizado no processo investigativo foi o questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, partindo-se de um roteiro contemplando respostas para o entendimento das principais indagações da presente

pesquisa. O questionário é apresentado no Apêndice A.

As questões foram estruturadas no intuito de identificar o perfil dos assentados, a existência ou não de ações coletivas nos assentamentos e a identificação do tipo de ação coletiva, etc. Buscou-se entender a realidade dos fatos que envolvem a vida dos moradores dos assentamentos dos municípios a serem pesquisados, bem como identificar como é executado o trabalho coletivo nos assentamentos e a organização da produção. Informações gerais, como o número de assentamentos em funcionamento nos Estados pesquisados e a quantidade de famílias assentadas foram também levantadas.

Para aplicação dos questionários foi utilizada a amostragem não probabilística, tendo como universo de pesquisa os assentamentos rurais do Centro-Oeste. Foram definidas amostragens de, no máximo, 20 assentamentos por estado.

Os assentamentos foram escolhidos como objeto de análise considerando que em ambos os espaços há formação de arranjos organizacionais com processos cooperativos, alguns com sucesso e outros com insucesso.

4. Resultados

Em função da quantidade de questionários aplicados e das distâncias percorrida, o primeiro ano de PIBIC limitou-se a aplicação dos questionários, sem a análise dos resultados que será realizada no período de 2014/15.

Fizeram parte da pesquisa os assentados nos assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Para a primeira etapa da pesquisa, a testes de aplicação dos questionários foram feitos no Estado de Mato Grosso do Sul. Esse estado foi escolhido por ter sido colonizado por um grupo de pessoas de regiões diferentes e de diferentes etnias e pela maior proximidade com a base de pesquisa.

Em dezembro de 2013 foi efetuada uma etapa piloto do projeto. Selecionou-se o assentamento Conquista, que tem uma área de 1557,91 ha no município de Campo Grande, criado por desapropriação por meio da Portaria 46 de 25/08/1999. Nele foram assentadas 67 famílias. Destas, foram entrevistadas 20 famílias. Essa pesquisa permitiu testar o questionários e os entrevistadores.

Na segunda fase, de aplicação dos questionários, uma equipe de trabalho se deslocou para o Assentamento Itamarati, no município de Ponta Porã, onde foram aplicados 35 questionários, durante o feriado de 01 de Maio de 2014.

Apos essa pesquisa, foram empreendidas duas novas frentes de pesquisa para fins de obtenção de resultados. Duas equipes se dirigiram no mesmo período para os estados de Mato Grosso e Goiás, nas regiões centro sul de ambos os estados, cada um com equipes compostas de 05 pessoas e 08 pessoas, respectivamente, no período de 12 a 18/05/2014.

No estado de Goiás, pesquisa da qual participou a aluna do PIBIC, foram aplicados 125 questionários, de acordo com o contido na Tabela 1.

Empreendendo mais uma etapa da pesquisa, as duas equipes de trabalho se dirigiram novamente aos mesmos estados, MT e GO, desta vez com o intuito de concluir os assentamentos das regiões destes estados não cobertas na primeira pesquisa, num período maior, desta vez de 15 dias.

Tabela 1. Questionários aplicados por assentamentos em Goiás – etapa 1.

ASSSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Questionários aplicados
1. Vaianópolis	Rio Verde	21
2. Pontal do Buriti	Rio Verde	26
3. N S. Guadalupe	Jatai	23
4. Pa Santa Rita	Jatai	19
5. PA Rio Claro	Jatai	08
6. Rio Paraíso	Jatai	28

Fonte: Dados da pesquisa

No estado visitado pela PIBIC, Mato Grosso, foram aplicados 215 questionários, no período de 14 a 27/07/2014, conforme disposto na Tabela 2.

Tabela 2. Questionários aplicados por assentamentos em Mato Grosso – etapa 2.

ASSSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Questionários aplicados
1. Carlos Roberto Soares de Melo	Sonora	13
2. Coqueiral – Quebó	Nobres	30
3. Pa Wesley Manoel dos Santos	Sinop	32
4. Keno	Cláudia	28
5. Zumbi	Cláudia	31
6. Olga Benário	União do Sul	8
7. PA Chão Bom - Casulo	Sorriso	20
8. PA Jonas Pinheiro	Sorriso	31
9. PA Bojui / Caeté	Diamantino	22

Fonte: Dados da pesquisa

A próxima etapa, a ser realizada nos meses de setembro e Outubro de 2014, consiste em concluir a aplicação dos questionários no estado de Mato Grosso do Sul.

Os dados obtidos estão sendo tabelados em planilha Excel para análise posterior . Com a análise pronta poderá ser montado o perfil familiar dos assentados nos assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul, resultados objeto da continuidade do projeto PIBIC.

5. Considerações finais

Apesar dos resultados definitivos não serem prontos, já é possível escrever algumas soluções. Na região Sul de Goiás, devido ao solo ser melhor, os assentados tendem a produzir mais. Eles também possuem uma maior assistência técnica do que nas demais regiões. As associações também são mais organizadas e os assentados vivem daquilo que produzem. Muitas cooperativas mantêm contrato de comercialização com alguns assentados, além dos laticínios e o apoio com os programas do governo relacionados à merenda escolar, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). A maior produção dessa região está ligada às grandes culturas de milho e soja, culturas tradicionais da agricultura patronal.

Já na região norte de Mato Grosso a falta de assistência técnica é preocupante, pois o que não falta para os assentados é força de vontade. A grande maioria dos produtores entrevistados sonha em plantar na terra conquistada, viver a partir de seu trabalho e ver tudo aquilo que foi planejado, sendo realizado. A carência de profissionais qualificados faz com que os

assentados se concentram no comércio de leite, vendendo para laticínios por um preço muito baixo. Alguns vivem nos assentamentos apenas de sua aposentadoria.

Alguns assentados encontram-se totalmente abandonados, sem nenhum tipo de assistência, nenhum apoio do governo. Muitos dos assentados receberam os entrevistadores com um sorriso no rosto, uma conversa boa e muita gratidão. Outros mal receberam os entrevistadores e alguns nem chamaram para entrar.

A experiência com os assentados, muitos sem estudos, mas com muita bagagem de conhecimentos e ideias, foi muito enriquecedora. A vida no campo nem sempre é fácil, não são todos os que possuem carros e muitos assentamentos ficam distantes da cidade, o que dificulta a vida das pessoas e a comercialização da produção. Essas dificuldades reforçam a importância dos vizinhos e membros da comunidade que se apoiam no que precisa.

Agradecimentos

CNPq

6 - Referências

ABBADE, E. B.. Aplicação da teoria dos jogos na análise de alianças estratégicas. GEPROS – Gestão da produção, operações e sistemas. Ano 5. N. 3. 2010.

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Programas de Segurança Alimentar e Agricultores Familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara – SP. In. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais... Porto Alegre. 2009.

BANCO MUNDIAL - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento: visão geral. Washington, DC. 2008. Disponível em wdronline.worldbank.org/worldbank/a/langtrans/28. Acesso em 30/04/2013.

BEUREN, Ilse Maria e RAUP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências Sociais. In BEUREN, Ilse Maria (Org). Como elaborar trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Estud. av. [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 37-49. ISSN 0103-4014.

BUAINAIN; A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias, n.10, p.312-347, 2003.

BUAINAIN, A.M.; Agricultura familiar, agroecologica e desenvolvimento sustentável: questões para debate. - Brasília. -- Brasília: IICA, 2006.

BUAINAIN, Antonio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? (Org.) NAVARRO, Zander; CAMPOS, Sílvia Kanadani. A “pequena produção rural” no Brasil. Ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013, 264 p.

CHABAL M., Les structures élémentaires de réciprocité. Conférence in Cauris 2005
<http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Accès le 20/9/2005.

COOKE, P.; CLIFTON, N. Spatial variation in social capital among UK small and medium-sized enterprises. In: DE GROOT, H; NIJKAMPF, P.; STOUGH, R. Entrepreneurship and regional economic development: a spatial perspective. Cheltenham: Edward Elgar, 2004

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre- RS, v.2, n.3, jul./set.2001

FABRINI, J. E.. Cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. Geografia, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan/jun 2000.

FAUTH, E. M. Agricultura familiar: Evolução favorável em anos recentes. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 35 n. 4, p. 51-60, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M.. Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. IEA – 2005. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=2521>. Acesso em 07/04/2013.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. American Journal of Sociology, 78:1360-80, 1973.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA CONFORME FASES DE IMPLEMENTAÇÃO. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.INCRA.GOV.BR/INDEX.PHP/REFORMA-AGRARIA-2/PROJETOS-E-PROGRAMAS-DO-INCRA/RELACAO-DE-PROJETOS-DE-REFORMA-AGRARIA/FILE/1115-RELACAO-DE-PROJETOS-DE-REFORMA-AGRARIA](http://WWW.INCRA.GOV.BR/INDEX.PHP/REFORMA-AGRARIA-2/PROJETOS-E-PROGRAMAS-DO-INCRA/RELACAO-DE-PROJETOS-DE-REFORMA-AGRARIA/FILE/1115-RELACAO-DE-PROJETOS-DE-REFORMA-AGRARIA)>. ACESSO EM: 24 ABR. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Área incorporada ao Programa de Reforma Agrária. Disponível em: < <http://incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1147-area-incorporada-ao-programa-de-reforma-agraria>> Acesso em: 15 mai.2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Titulação de assentamentos. Disponível em: < <http://incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/titulacao-de-assentamentos>> Acesso em: 15 mai.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. CENSO AGROPECUÁRIO – AGRICULTURA FAMILIAR. 2006. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/DOWNLOAD/ESTATISTICA.SHTM](http://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/DOWNLOAD/ESTATISTICA.SHTM)> ACESSO EM 12 OUT 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2010. Características gerais da população – Resultado da amostra. Brasília, IBGE 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ms&tema=censodemog2010_amostra.

Acesso em: fev. 2014.

LANNA, Marcos P.D. A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro. Campinas: Ed. Unicamp, 1995, 249p.

LAZZARETTI, M. A.. Fatores inibidores e facilitadores na produção de ações coletivas em assentamentos de Reforma Agrária do MST. Revista Tempo da Ciência. Vol. 14, No 27 (2007).

LOPES, Fernando Dias; BALDI, Mariana. Laços Sociais e Formação de Arranjos Organizacionais Cooperativos – Proposição de um Modelo de Análise. RAC, v. 9, n. 2, Abr./Jun. 2005: 81-101.

MALHOTRA, N.K, Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada. Trad. MONTINGELLI, N. Jr. e FARIAS, A.A. de., 3ª edição, Porto Alegre, Bookmann, 2001. P.720.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica; 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MDA. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial. Brasília, SDT, 2004.

MOLINOSWSKI, Bronislaw. Crime e costume na sociedade selvagem – Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. 100 p.

MORISSAWA, M. A história da luta pela terra e o MST. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2001.

MCCULLOUGH, E.B.; PINGALI, P.L.; STAMOULIS, K.G. Transformation of Food Systems and the Small Farmer: Key Concepts. In: E.B. McCullough, ed. The transformation of agri-food systems : globalization, supply chains and smallholder farmers. Food and Agriculture Organization of the United Nations, pp. 3-45, 2008.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In A agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. IPEA, 2010. 298p.

NAVARRO, Zander; CAMPOS, Sílvia Kanadani. A “pequena produção rural” no Brasil. Ganhar tempo é possível? Brasília : CGEE, 2013, 264 p.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. As roças brasileiras, do período colonial à atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica. Varia hist. [online]. 2012, vol.28, n.48, pp. 755-780. ISSN 0104-8775.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução de Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.

OSTROM, Elinor. Governing the commons: The Evolution of Institutions for Collective

Action. Indiana University. Cambridge, University press, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Raízes, vol. 24, nºs 1 e 2, jan.–dez./2005.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Campina Grande, Revista Raízes. Vol. 1, Nº. 20, pp. 41-49: Ed. Universitária da UFPB, 1999.

SAMPAIO, C. A. C.; LEÓN, I. C.; DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V. Arranjos socioprodutivos de base comunitária: arranjos produtivos locais pensados como arranjos institucionais. O caso da Mondragón Corporação Cooperativa. Organizações & Sociedade, v. 15, n. 46, art. 4, p. 77-98, 2008.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2002.

SCHIMITZ, H.; MOTA, D. M. D.; PRADO, E. S. D. A. C. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural.

Disponível em: < http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/74.htm > Acesso em: dez. 2013.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 1999.

SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da Agricultura familiar. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOUSA, Luiz Gonzaga de: Economia do bem-estar, en Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 158, 2011. Texto completo en <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>

SOUSA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M.. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível? – Brasília: CGEE, 2013.

SUCUPIRA, Grazielle Isabele Cristina; FREITAS, Alair Ferreira de. Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. REDE – Revista Eletrônica do Prodema, Fortaleza, v. 6, n.1, p. 23-40, mar. 2011.

TEMPLE, D. Por que precisamos de outra lógica. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998, vol. 19, n. 2, p. 257-269.

TEMPLE, Dominique & CHABAL, Mireille. La réciprocité et la naissance des valeurs humaines. Paris, França: L'Harmattan, 1995, 263p.

VEIGA, José Eli da, et all, O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração: Atlas: São



Paulo, 1998. 88 p.

VILLASANTE, T. R.: Redes e alternativas: Estratégias e estilos criativos na complexidade social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002

VILPOUX, O.F.; OLIVEIRA, M.A.C.de. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: Vilpoux, O.F.,I. Ed. Sustentabilidade e Agricultura Familiar. Curitiba: Editora CRV, 2011.

VILPOUX, O.F. In Sustentabilidade e Agricultura Familiar. Curitiba: Editora CRV, 2011.

ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. Tese (Doutorado em Administração) Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1995.

WEGNER, D.; PADULA, A. D. Quando a cooperação falha: Um estudo de caso sobre o fracasso de uma rede interiorganizacional. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, v. 13, n. 1. São Paulo, SP, jan./fev. 2012.

WILKINSON, J. Mercados, Redes e Valores. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e método. 3.ed. Porto Alegre: 2001